

O agronegócio é o seguinte

O agronegócio e o próximo presidente

EM ANO de eleição presidencial, de parlamentares para o Congresso Nacional e de governadores de Estado, nada mais natural que o processo positivo e fértil de diagnóstico e proposição de planos para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a **Agroanalysis** tem o privilégio de apresentar um material mais sucinto sobre a proposta do agronegócio aos presidentiáveis.

Construído a partir de recomendações de importantes entidades do setor, esse documento foi apresentado na reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para ser discutido no 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, que terá como tema Cenário 2011: Comunicação e Governança. A proposta possui seis pilares básicos:

- 1º Garantia de renda para o agricultor;
- 2º Infraestrutura e logística;
- 3º Comércio exterior;
- 4º Pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- 5º Defesa agropecuária;
- 6º Institucionalidade do poder público.

As projeções sobre a demanda de alimentos e carnes feitas por renomadas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam no sentido de expressivo crescimento nas próximas décadas. Com potencial para ser um dos grandes protagonistas do agronegócio mundial, o Brasil tem uma extensa lição de casa para ser cumprida, com amplas reformas em seus marcos regulatórios, que sirvam para implantar um modelo de baixo carbono em sua agricultura.

Outro tema relevante do momento diz respeito às mudanças no Código Florestal (Lei 4.771/65). Apesar de requerer alterações urgentes, a legislação é complexa e exige estudo de profundidade. É praticamente impossível encontrar uma solução que venha satisfazer plenamente aos agricultores e aos ambientalistas. Em ambiente muito caloroso, cercado de nervosismo, a Comissão Especial aprovou uma nova versão. A matéria será encaminhada ao plenário da Câmara dos Deputados e ao Senado, provavelmente para votação após as eleições de outubro próximo.

Entre os países da OCDE, recente estudo liberado pela organização mostra o recrudescimento dos subsídios nas agriculturas de seus países. O aumento foi pequeno,

de 1%, mas significa uma quebra de tendência de queda, que vigorou entre 2004 e 2008. As políticas subvencionadas estão voltadas para práticas específicas de produção, tais como a preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais e o bem-estar animal. Essas medidas fazem parte da estratégia de crescimento verde, que passa a ter influência global, como potencial para o setor agrícola proporcionar segurança alimentar e nutricional à população.

Nos biocombustíveis, a sua adoção e a elevação no comércio mundial suscitam diversas dúvidas sobre a sustentabilidade socioambiental da sua cadeia produtiva. A certificação aparece como ferramenta importante para garantir o cumprimento de padrões na produção. Em alguns mercados, passou a ser na verdade o passe de entrada, como no caso das madeiras, com os selos do Forest Stewardship Council (FSC) e do Programme of the Endorsement of Forest Certification (PEFC). No Brasil, na cana-de-açúcar, algumas certificadoras já se fazem presentes, como a OIA-Brasil, a Imaflo e a SGS-Brasil. Nessa caminhada, o Reino Unido deu um passo a frente no esforço de compatibilizar as certificações privadas com a regulação privada, com a aplicação de uma legislação específica chamada de Renewable Transport Fuel Obligation (RTFO).

Para finalizar, a agenda da soja no Brasil, carro-chefe da produção nacional de grãos. Com iniciativas em várias frentes, a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) busca fortalecer o desenvolvimento da cultura no País. Acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com o movimento Pró-logística faz parte das ações para manter a tecnologia de ponta e reduzir o custo de exportação. Ambas são vitais para a competitividade nacional.

Recentemente, a Aprosoja, junto com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), e o Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), lançou um sistema de gestão socioambiental para a soja. Batizado de Programa de Gestão Ambiental e Social da Soja Brasileira (Soja Plus), o sistema adota uma metodologia já experimentada internacionalmente, que consiste basicamente na análise de critérios socioambientais que devem ser seguidos pela propriedade. A ideia é preparar o sistema produtivo da soja para a certificação da cultura. ■